



ATA N.º 5/2026

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária, a Câmara Municipal de Arraiolos, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, em que estiveram presentes:

PRESIDENTE:

Jorge Joaquim Piteira Macau

VEREADORES:

Carla Gertrudes Ramires Romana

Rodrigo José de Deus Panelas

Ana Raquel Portalegre Tomaz

Gonçalo Alexandre Coelho Lopes

HORA DE ABERTURA:

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião, pelas quinze horas e quarenta minutos.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A) Proposta de aprovação de atas:

Nos termos do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e n.ºs. 2 e 4 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º. 4 de 25/02/26, a qual foi distribuída, antecipadamente, pela vereação.

B) Intervenções dos Membros do Executivo (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro):

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo lembrando assunto já abordado em reuniões sobre a atribuição a um dos arruamentos em Arraiolos o nome, do já falecido, Presidente da Republica, Dr. Jorge Sampaio, que se demarcou quando criou o Grupo de Arraiolos há uns anos, que ainda se mantém,



considerando ser da maior justiça essa homenagem, uma vez que têm levado o nome de Arraiolos além fronteiras. Considerou ser prioritário a existência de um gabinete de apoio às IPSS's, associações/coletividades de forma a darem toda a informação sobre possíveis candidaturas no quadro comunitário e auxiliarem em todo o processo, assim como, darem alguma assessoria técnica/jurídica, que poderia vir a contribuir para capitalizar mais financiamento para o nosso concelho ou em conjunto com os apoios já previstos pelo município vir a complementar e a realizar mais obras, colocando igualmente o aproveitamento desse gabinete para informação aos munícipes de apoios que possam vir a beneficiar a população. Por fim, questionou em relação ao assunto colocado pelo munícipes que estiveram presentes na última reunião, Srs. Fatela e Catalão, se já tinha havido alguma opinião técnica e se perspetivava alguma solução.

De seguida, interveio a Sr^a. Vereadora Carla agradecendo à Câmara Municipal de Arraiolos pelo empréstimo concedido à Concelhia do Partido Socialista de Arraiolos pela utilização dos espaços da Biblioteca Municipal e Coreto para a realização de duas iniciativas relacionadas com o Dia Internacional da Mulher. Questionou se já havia conhecimento do mau cheiro que se tem feito sentir, nas últimas semanas, saindo da grelha situada junto do n.º. 23 da Rua Capitão Gomes Pereira – Igreja, incomodando os residentes da zona, os quais têm algum receio que a situação agrave quando estiver bom tempo. Por fim, questionou quando reuniu o CLASA.

O Sr. Presidente confirmou terem já indicação do nome de Jorge Sampaio, assim como, de outros arraiolenses que se distinguiram, contudo, de momento, não existe regulamento de toponímia estando a ser preparado pelos respetivos serviços, que só após a sua aprovação poderá ser constituída a Comissão para esses fins. Quanto ao gabinete de apoio informou já existir para o associativismo de que é responsável a Técnica Ana Costa que presta todo o apoio necessário às Associações/Coletividades, havendo ainda o Gabinete de Desenvolvimento Económico que disponibiliza informação de financiamentos existentes e presta todo o apoio técnico, sempre que solicitado, na apresentação de candidaturas. Sobre a questão colocada pelos munícipes informou que os serviços ainda não tiveram tempo de avançar com qualquer intervenção, contudo, considera não ser a melhor altura para a realização dos trabalhos, face ao tempo instável, sendo a melhor altura a partir dos finais de maio. Relativamente ao agradecimento informou ficar registado, realçando que a C. M., sempre que possível, disponibiliza os espaços para iniciativas. No tocante à situação na Igreja informou não ter conhecimento, mas iria inteirar-se do assunto.



Quanto ao CLASA informou que durante o corrente mês está prevista a realização de reunião, indicando que têm sido realizadas mais que duas reuniões anuais.

II – ORDEM DO DIA

1. *Presidência:*

1.1. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:

A Câmara ratificou, por unanimidade, os seguintes despachos de aprovação exarados pelo Sr. Presidente:

- Emissão de declaração assumindo o compromisso de proceder à execução e respetivo pagamento dos trabalhos a mais identificados no âmbito da empreitada denominada “Empreitada de Alteração e Adaptação de Edificação do Centro Comunitário das Ilhas – Arraiolos”, conforme informação técnica que ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2026.
- Pedidos apresentados pelo Portal “Casa Pronta” não exercendo o direito de preferência sobre a compra e venda dos imóveis abaixo indicados:
 - Imóvel localizado no Outeiro do Moinho Velho – Rua da Matriz, nº. 44 – Arraiolos (Anúncio 30514/26);
 - Imóvel localizado na Rua Diante – Ilhas - Arraiolos (Anúncio 31690/26);
 - Imóvel localizado na Travessa do Forno, nº. 5- Arraiolos (Anúncio 32818/26);
 - Imóvel localizado na Rua 28 de Setembro, nº. 13 - Gafanhoeira (Anúncio 33789/26);
 - Imóvel localizado no Largo dos Arcos, nº. 4 - Gafanhoeira (Anúncio 34821/26);
 - Imóvel localizado na Rua das Pedras, nºs. 3 e 5, - Gafanhoeira (Anúncio 36578/26);
 - Imóvel localizado na Rua da Parreira, nº. 5 - Arraiolos (Anúncio 37907/26);
 - Imóvel localizado na Rua da Parreira, nº. 7 – Arraiolos (Anúncio 37926/26).

2. *Gabinete de G. E. e Desenvolvimento Económico:*

2.1. PROPOSTA DE CANDIDATURA:

Atendendo à informação da Técnica do GGEDE - Gabinete de Estratégica e Desenvolvimento Económico, deliberou a Câmara, por unanimidade, aprovar a intenção de candidatura da Operação – Arraiolos – Meios Materiais para a Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos ao



AVISO N.º ALT2030-2024-43 – MEIOS MATERIAIS PARA A PROTEÇÃO CIVIL E GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS (ITI).

A presente candidatura será desenvolvida em parceria com a AHBVA - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arraiolos, constituindo-se o Município como beneficiário e a AHBVA como parceira.

A iniciativa visa a aquisição de meios operacionais destinados ao reforço da capacidade de resposta a incêndios rurais, contribuindo para a mitigação dos riscos associados às alterações climáticas e para o aumento da resiliência territorial, nomeadamente:

- aquisição de um Veículo Florestal de Combate a Incêndios para a AHBV de Arraiolos;
- aquisição de um veículo para os Serviços Municipais de Proteção Civil de apoio às operações.

Investimento total: 317.841€ (c/IVA), considerando as 2 viaturas.

- Investimento elegível viatura SMPC: 63.547€ (valor c/ IVA) | Taxa de financiamento: 85% !
Apoio: 54.015€
- Investimento elegível viatura AHBVA: 239.900€ (valor s/ IVA) | Taxa de financiamento: 85%
| Apoio: 203.915€

3. Gabinete Proteção Civil:

3.1. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARRAIOLOS – APOIOS:

Foram submetidas à reunião as seguintes informações fundamentadas emitidas pelos Técnicos do Gabinete:

- ▶ Informação nº. 15/2026 – Proposta de atribuição de apoio financeiro no montante de 883,20€ para aquisição de 2 sopradores e duas baterias, equipamentos técnicos essenciais visando o reforço da capacidade operacional e de resposta a emergências por parte da corporação dos bombeiros. Em anexo constava a proposta de cabimento nº. 359/2026.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

- ▶ Informação nº. 17/2026 – Atribuição de subsídio no montante de 35.985€, correspondendo à contrapartida privada do valor elegível (15%) relativa à candidatura Aviso ALT2030-2024-43 "Meios materiais para a proteção civil e gestão integrada de riscos (ITI)", com vista à aquisição de um Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI), destinado a reforçar a sua capacidade operacional no combate a incêndios rurais.



De salientar que por deliberação tomada na reunião de 14/01/2026 foi aprovada a minuta de Protocolo para o referido fim, contudo o mesmo carecia de cabimento financeiro, que só veio a ocorrer ontem, dia 10/3/2026, com o nº. 413/2026.

Assim, a Câmara aprovou, por unanimidade, o apoio financeiro e a regularização da situação da minuta, ou seja, ficando sem efeito a data da anterior deliberação passando a vigorar a presente. Foi, igualmente, delegado poderes no Sr. Presidente e/ou Vice-Presidente para assinatura do Protocolo.

- ▶ Informação nº. 18/2026 – Proposta de atribuição de apoio financeiro no montante de 45.800€, destinado à aquisição de uma viatura pesada de marca Volvo, a fim de melhorar a capacidade de resposta operacional da corporação. Em anexo constava a proposta de cabimento nº. 457/2026.

Para efeitos do dito apoio propõem aprovação de minuta de Protocolo entre ambas as partes (Município e AHBVA).

A proposta foi aprovada, por unanimidade, sendo delegado poderes no Sr. Presidente e ou Vice-Presidente para assinatura do dito Protocolo.

Não participou na apreciação e votação dos assuntos, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes, por pertencer à dita Corporação.

4. DAF AJ - Divisão Administrativa e Financeira e de Apoio Jurídico:

4.1. APRECIACÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria datado de dez de março de dois mil e vinte e seis, cujo total de disponibilidades é de 3.868.736,79€ (três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil setecentos e trinta e seis euros e setenta e nove cêntimos) sendo: *dotações orçamentais* – 3.866.883,44€ (três milhões, oitocentos e sessenta e seis mil oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos) - *dotações não orçamentais* – 1.853,35€ (mil, oitocentos e cinquenta e três euros e trinta e cinco cêntimos).

4.2. 43ª. VOLTA AO ALENTEJO – PARECER:

Tendo em conta a informação emitida pelo Serviço de Expediente – DAF AJ, deliberou a Câmara, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido apresentado pela UVP – Federação



Portuguesa de Ciclismo, relativo ao traçado da prova “43ª. Volta ao Alentejo”, com passagem pelo concelho, no dia 26/3/2026.

5. DOM – Divisão de Obras Municipais:

5.1. EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA DOS PAÇOS DO CONCELHO – REVISÃO DE PREÇOS:

Tendo presente a informação técnica apresentada pelo Chefe da DOM, na qual se expõe e fundamenta a necessidade de revisão de preços no âmbito da empreitada em título, e considerando:

- Que a referida informação técnica descreve de forma detalhada os pressupostos que justificam a revisão de preços, que totalizam o valor de 6.091,20€;
- Que os cálculos apresentados se encontram em conformidade com a legislação aplicável e com as cláusulas contratuais em vigor;

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a revisão, autorizando assim, o respetivo pagamento.

5.2. REQUALIFICAÇÃO DA RUA CAPITÃO GOMES PEREIRA – IGREJINHA – AUTO Nº. 9:

Tendo em conta a informação emitida pelo Chefe da DOM, propôs o Sr. Vereador Rodrigo Panelas que fosse aprovado o auto de medição de trabalhos contratuais nº 9, no valor de 22.867,60€, datado de 05/03/26 e relativo à empreitada em título adjudicada à empresa Constradas – Estradas e Construção Civil, S.A.

O auto foi aprovado, por unanimidade.

5.3. REMODELAÇÃO DE FRAÇÃO DO PRÉDIO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA PARA ADAPTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTO E DO NOTARIADO – ARRAIOLOS - AUTO Nº 6 E PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

Atendendo à informação emitida pela DOM, a Câmara aprovou, por unanimidade, o auto de medição nº. 6, datado de 19/12/2025, no valor de 50.549,47€, relativo à empreitada em título, adjudicada à empresa “Catronga & Filho – Construções, Lda”.

Na sequência do pedido apresentado pela citada empresa relativo à empreitada, e após análise dos fundamentos invocados, designadamente, as condições meteorológicas adversas (períodos



prolongados de precipitação intensa de chuva e a ocorrência de rajadas de vento), verificou-se que os mesmos se enquadram nas situações passíveis de justificar a prorrogação do prazo contratual, nos termos legais e contratuais aplicáveis.

Assim, considerando o parecer técnico emitido pelo Chefe da DOM, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo de conclusão da empreitada, em mais 30 dias, prevendo-se o término a 28 de março de 2026.

5.4. EMPREITADA DE ALTERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DAS ILHAS – ARRAIOLOS – 1º. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO:

Na sequência do pedido apresentado pelo empreiteiro “VESTÍGIOS & LUGARES – CONSTRUÇÕES, LDA”, relativo à empreitada em título, e após análise dos fundamentos invocados, designadamente um conjunto significativo de trabalhos complementares, assim como, as condições atmosféricas adversas, verificou-se que os mesmos se enquadram nas situações passíveis de justificar a prorrogação do prazo contratual, nos termos legais e contratuais aplicáveis.

Face ao exposto, e considerando o parecer técnico emitido pelo Chefe da DOM, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo de conclusão da empreitada por um período de 45 dias, passando o término na empreitada prever-se ocorrer a 16 de abril de 2026.

6. Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente:

6.1. PROCESSOS DE LICENCIAMENTO:

Pelo Sr. Vereador Rodrigo Panelas foram submetidos à reunião os seguintes processos:

- *Processo nº 37/72*, em nome de José Maria Requetim – Cabeça de Casal da Herança de, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura, enquanto legalização, da obra de alteração/ampliação executado no prédio urbano, sito na Rua António Carlos da Gama, nº. 9 e 9A e Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº. 7 – Arraiolos.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto conforme o exposto no parecer técnico de 02/03/2026.

- *Processo nº 9/77*, em nome de GADGETDISCIPLINE, Lda., relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura relativo à obra de alteração que se pretendem executar no prédio urbano, sito na Rua Joaquim Luís Rocha Ravasqueira, em Santana do Campo.



Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 10/03/2026.

- *Processo nº 82FD/04*, em nome de Sérgio Manuel Fonseca da Cruz, relativo ao pedido de aprovação das telas finais relativas às alterações ocorridas no decurso da obra realizada na Rua da Olivença, nº. 3, em Arraiolos.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto conforme o exposto no parecer técnico de 02/03/2026.

- *Processo nº 32/25*, em nome de José Inácio Lopes Mestrinho, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura, enquanto legalização, da obra de alteração/ampliação executado no prédio urbano, sito na Rua da Lagoa, nº. 21 – Sabugueiro.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto, conforme o exposto no parecer técnico de 25/02/2026.

- *Processo nº 60/25*, em nome de António da Conceição dos Loios Angelino, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura relativo à construção de uma moradia unifamiliar, na Rua do Telheiro – Ilha da Boavista.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 20/02/2026.

7. DASEC - Divisão de Ação Sócio-Educativa e Cultural:

7.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:

A Sr^a. Vereadora Ana Tomaz apresentou informação da Técnica de Ação Social - DASEC dando conhecimento do resultado da avaliação de processo apresentado, no âmbito da Ação Social Escolar, indicando reunir as condições para integração de 2 alunos – Dinis Afonso Bonito da Costa - EB1 de Arraiolos e Eduardo Manuel Bonito da Costa – JI Arraiolos, ambos no escalão A, propondo que seja concedido o apoio preconizado na deliberação tomada em 16 de julho de 2025, designadamente a comparticipação de 100% no tocante à refeição (almoço) e atividades de complemento curricular.

Propõem, ainda, a alteração de posicionamento do escalão 1 para o escalão 2 da aluna Alice da Silva Gonçalves, resultante de documentação da Segurança social.



Relativamente ao aluno Dinis Afonso B. Costa propõem a atribuição de auxílio económico de 50€, o qual está devidamente cabimentado pelo serviço financeiro, com o n.º. 1064/2025.

As propostas foram aprovadas, por unanimidade.

7.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

Pela Sr.ª. Vereadora Ana Tomaz foram submetidas informações emitidas pelas Técnicas do Associativismo, Ação Social e Saúde - DASEC, propondo a atribuição dos seguintes subsídios:

- ⇒ *Grupo Desportivo S. Pedrense* - 11.616,76€, para apoio a obras de beneficiação na sede;
- ⇒ *Clube Alentejano dos Desportos Vimieirenses* – 480€ (2.ª. tranche – jan.º. a jun.º) apoio com a cedência de instalações para funcionamento de sessões do projeto “Viver Sénior” – anexando proposta de protocolo de colaboração;
- ⇒ *Associação de Reformados de Santana do Campo* – 31.332,29€, para aquisição de viatura, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da prestação dos serviços, na valência de transporte dos utentes.

Em anexo constavam as propostas de cabimento n.ºs. 458 e 441.

Analisado o exposto, deliberou a Câmara, por unanimidade, aprovar o proposto, delegando poderes no Sr. Presidente para outorgar o citado protocolo.

Não participaram na apreciação e votação do subsídio atribuído à Associação de Reformados de Santana do Campo o Sr. Presidente por afinidade com membro da Direção (irmão) e a Sr.ª. Vereadora Ana por ter sido diretora técnica na Associação.

7.3. ACORDO DE COOPERAÇÃO/SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EVENTUAL:

Presente informação/proposta emitida pela Coordenadora do SAAS – DASEC que de conformidade com o “Acordo de Cooperação/Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)” celebrado entre o Município de Arraiolos e a Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos em 18 de janeiro de 2023, propõem que seja autorizada a referida entidade (SCMA) a efetuar os pagamentos, no âmbito dos subsídios eventuais para emergência social (despesas associadas a realojamento de emergência de um munícipe (António Justino Macau Antas).

- pagamento de 3 meses de renda de realojamento, no valor de 350€/mês, totalizando o valor de 1.050€.



O proposto foi aprovado, por unanimidade.

III - APROVAÇÃO DE MINUTA:

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57 da Lei 75/2013, de 12 de dezembro, foi aprovada, por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar foi declarada encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, de que se lavrou a presente ata, que, após a sua leitura foi aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelo Sr. Presidente e por mim *Maria Manuel Pereira* (Coordenadora Técnica do GRIC), que a redigi e subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Coordenadora Técnica,